

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM TEMPOS DE PANDEMIA: CONTRADIÇÕES E RACIONALIDADES EM EVIDÊNCIA

Dayana de Oliveira Arruda¹
Antônio Carlos do Nascimento Osório²
Sara Santana Armoa da Silva³

Resumo: Este artigo tem como objetivo problematizar a emergência de acontecimentos e discursos impostos pela pandemia de Covid-19 que condicionam os sujeitos da educação de jovens e adultos a (outros) mecanismos de exclusão. De caráter documental-bibliográfico, o texto agrega subsídios de uma pesquisa acerca dos efeitos da educação de jovens e adultos, no decurso de sua sistematização. As noções de biopolítica e população correspondem a instrumentais de análise crítica dos referenciais foucaultianos, utilizadas no intuito de redimensionar perspectivas e olhares em face da referida modalidade de ensino, aproximando saberes e poderes em curso que reforçam marginalizações. Consideramos que os processos de saúde-doença-cuidado em voga impactam na conformação de racionalidades (outras) que potencializam disparidades educacionais, sociais e individuais, em detrimento de sujeitos e grupos específicos.

Palavras-chave: pandemia; educação de jovens e adultos; políticas educacionais; biopolítica.

LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS EN TIEMPOS DE PANDEMIA: CONTRADICCIONES Y RACIONALIDADES EN LA EVIDENCIA

Resumen: El presente artículo tiene por objeto problematizar la aparición de acontecimientos y discursos impuestos por la pandemia Covid-19 que condicionan los sujetos de la educación de jóvenes y adultos a (otros) mecanismos de exclusión. El texto es de carácter documental-bibliográfico y agrega la investigación sobre los efectos de la educación de jóvenes y adultos en el curso de su sistematización. Las nociones de biopolítica y población corresponden a instrumentos de análisis crítico de referencias de Foucault, utilizados para redimensionar perspectivas y miradas frente a la referida modalidad de educación, reuniendo conocimientos y poderes continuos que refuerzan las marginaciones. Consideramos que los procesos de atención sanitaria en boga repercuten en la conformación de racionalidades (otras) que potencian las disparidades educativas, sociales e individuales, en detrimento de sujetos y grupos específicos.

Palabras clave: pandemia; educación de jóvenes y adultos; políticas educativas; biopolítica.

Introdução

Este artigo tem como objetivo problematizar a emergência de um dado conjunto de acontecimentos, bem como decorrentes recomendações e medidas, impostos ao campo diversificado da educação escolar de âmbito público, pela pandemia de Covid-19⁴ em pleno curso no Brasil, sobretudo quanto aos movimentos e determinantes econômicos, culturais e



sociais que circunscrevem a educação de jovens e adultos na conjuntura em voga, a (outros) sistemas e mecanismos aprimorados e ainda mais explícitos de exclusão e marginalização.

Recomendações e estratégias cujas bases conformam discursos e práticas imediatistas e unilaterais como a tentativa de democratizar e universalizar o ensino à distância pela utilização massiva de recursos e meios tecnológicos não acessíveis a diferentes grupos em processos de escolarização – propostas de caráter considerado inclusivo, abrangente e afirmativo, mas que reforçam desigualdades e vulnerabilidades sociais e culturais pela readequação de interesses de poderes e determinados saberes vigentes, sob a recorrência explícita de conflitos e tensões efetivamente dispostas por um jogo político, econômico e social perverso.

Diante do intuito de correlacionar disparidades que extrapolam as práticas já correntes, de saúde-doença-cuidado relacionadas às complexas ações de prevenção, diagnóstico e tratamento a respeito da contaminação pelo novo coronavírus, as incursões alinhavadas no texto correspondem à tentativa de problematizar racionalidades (neo)liberais satisfatoriamente contraditórias aos ideários e exercícios efetivamente democráticos, cujas tentativas de apaziguar os problemas postos acabam por configurar (outros) processos e extremos de inclusão/exclusão, sobretudo no que tange às especificidades da educação de jovens e adultos.

Regulada por princípios constitucionais historicamente legitimados, a mencionada modalidade de ensino compreende discursos e operatividades configuradas em estratégias formais e não formais de acesso, permanência e conclusão da educação básica pela recorrente tentativa de adequação social e individual dos sujeitos envolvidos em descompassos no que concerne a processos intercorrentes (ou a própria ausência) de escolarização, cujos sentidos e significados ultrapassam os limites e pretensões institucionais alinhados em função do alcance (ainda que tardio) da certificação no âmbito da educação básica. (BRASIL, 1996).

Singularidade educativo-escolar apreendida, sobretudo, na perspectiva de um campo histórico, político e social amplo e ao mesmo tempo constituinte, ininterrupto e diversificado de atribuições, propósitos, interesses e domínios no âmbito das políticas, discursos e práticas educacionais; esteio de processos de inclusão/exclusão, e neste sentido, de seletividade e correção individual e coletiva, base material de marginalizações múltiplas e de aperfeiçoamento de saberes e de poderes em constantes modificações, transformações e aprimoramentos.

Conforme Haddad e Di Pierro (2000, p. 122):

[...] os desafios relativos à educação de jovens e adultos seriam três: resgatar a dívida social representada pelo analfabetismo, erradicando-o; treinar o imenso contingente de jovens e adultos para a inserção no mercado de trabalho; e criar oportunidades de educação permanente.

Neste sentido, a instituição escolar vislumbrada em sua multiplicidade de dispositivos que por sua vez agregam propósitos e interesses abrangentes em razão dos processos formativos, envolve determinadas demandas e alinhamentos de valores do tecido social como um todo, historicamente estabelecidos (e sistematizados) como verdadeiros, legítimos. Forjada sob diferentes ajustes de domínio local, a escola corrobora sob interesses de poderes vigentes, (re)arranjos, mecanismos e estratégias amplas, que atravessam não apenas suas finalidades, interferindo diretamente na constituição dos sujeitos em seus traços mais singulares.

Segundo Osório (2010a, p. 90):

No caso da escolarização, há um espaço construído pela sociedade, como sendo atribuído e identificado como instituição escolar. Nele, as dimensões sociais e culturais são negadas, a partir de uma estrutura montada para ter um funcionamento readequado aos valores presentes na sociedade, fielmente traduzido em um currículo disciplinar, operacionalizado por intermédio de práticas pedagógicas. A escolarização se postula por uma prática cultural de interesse pontual, em um *locus* determinado, criado pela sociedade, destinado a reproduzir os conflitos presentes na organização da sociedade e adequados às rotinas, respaldadas por valores sociais, em outro espaço de saber/poder.

Espaço edificado e sustentado por discursos e operacionalidades sociais e culturais de caráter pedagógico e inclusivo, mas cujos reais propósitos e finalidades sustentam tentativas consistentes e assíduas de controles, normalizações e ajustamentos. Marcas históricas da educação de jovens e adultos, reforçadas na complexa conjuntura em voga pela (re)organização e normalização de ações e ferramentas institucionais de caráter seletivo, unilateral e generalista, cujos domínios e imposições sustentam, adequam e estimulam uma única e insidiosa lógica de educação remota pautada nas relações de mercado, pela mediação (discriminatória) de recursos e meios tecnológicos – conveniências e domínios já estabelecidos, explicitados neste momento de crise sanitária e de seus profundos desdobramentos no campo da escolarização.

Diante disto, ressaltamos que as aproximações empreendidas no texto cotejam abordagens e subsídios de uma pesquisa em período de sistematização de seus procedimentos constitutivos em processo, de coleta de dados e informações, bem como referenciais teórico-metodológicos, instrumentais e achados, cujo objetivo principal visou problematizar os efeitos e decorrências da educação de jovens e adultos, sob a perspectiva de um determinado grupo de sujeitos considerados egressos da mencionada modalidade de ensino, de uma escola pública de âmbito estadual, localizada na área urbana, num bairro de periferia do Município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul⁵.

Problematizações agenciadas em face dos impactos sobretudo de ordem subjetiva, de uma configuração específica de educação de jovens e adultos, cujas incursões sinalizaram a

existência e recorrência de realidades dispostas por (outras) fragilidades, condicionantes e problemáticas que circundam as experiências perscrutadas, tão amplas e multifacetadas quanto as agruras, instabilidades e invisibilidades das próprias políticas, discursos e práticas da educação de jovens e adultos – rede tecida por expectativas, (in)satisfações, prazeres, (des)caminhos, realizações e frustrações como investimentos, possibilidades, descontinuidades e limites enquanto contornos e condições de vida que decorrem da passagem pela modalidade.

Deste modo, tendo em vista a urgência de reflexões a despeito do jogo de interveniências eficazes ou não estabelecidas nos últimos meses pelo Estado e seus dispositivos políticos e econômicos, em função das complexidades causadas pela pandemia de Covid-19 no que tange ao campo diversificado da educação escolar, com destaque às particularidades da educação de jovens e adultos, utilizamos dos subsídios da pesquisa mencionada neste texto enquanto construto de caráter documental-bibliográfico, bem como dos referenciais foucaultianos como instrumentais para redimensionar olhares e perspectivas em face da referida modalidade de ensino, especialmente no que tange às noções de biopolítica e população, no intuito de explorar saberes e poderes em curso, que reforçam marginalizações e disparidades.

Na medida em que corresponde às conexões da engrenagem constitutiva pelos diferentes cenários marcados pelo acaso de algumas regularidades, a concepção de acontecimento trabalhada no texto guarda correspondências de práticas discursivas e não discursivas em diferentes ocorrências, presentes na conformação de jogos que precisam ser identificados em suas próprias emergências, como destaca Foucault (2015a, p. 31):

É preciso estar pronto para acolher cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, nessa pontualidade em que aparece e nessa dispersão temporal que lhe permite ser repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros. Não é preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem; é preciso tratá-lo no jogo de sua instância.

Referenciais cujas formulações possibilitam explicitar leituras em face das singularidades da educação de jovens e adultos como engrenagens racionais de ortopedias políticas e neste caso, pedagógicas, sobretudo quando alinhavadas ou não a (outros) arranjos dados em caráter de emergência pelas circunstâncias de ordem sanitária – interditos que (re)produzem sob determinados mecanismos e seus intrincados processos de inclusão/exclusão, (outras) distorções, anormalidades e desajustes sociais e individuais.

Processos regulamentados pelo Estado, que visam neutralizar conflitos, tensões e medos, que efetivamente contemplam formas apaziguadoras de proteção, cuidado e inclusão,

enquanto dispositivos operacionalizados no bojo das intervenções dadas no campo da educação escolar sobretudo de âmbito público, em função do contexto configurado pela pandemia.

É importante enfatizar que o discurso da inclusão apoia-se sobre outros sistemas e mecanismos de exclusão, que são suportes do conjunto de estratégias institucionais, sendo, ao mesmo tempo, reforçadas e conduzidas por práticas sociais mais profundas, principalmente aquelas que se associam a um determinado saber desdobrado operacionalmente em uma sociedade. Como tal saber é valorizado, distribuído, repartido e atribuído, cria um movimento em outros discursos, marcados por outras pressões e coerções. (OSÓRIO, 2007, p. 308).

Entendemos que as práticas e discursos que sustentam a educação de jovens e adultos transitam por campos de saberes e de poderes que reforçam movimentos da individualidade. Domínios atravessados por estratégias que fundamentalmente visam controlar, classificar, vigiar, estabelecer categorias, acirrar disparidades e desse modo, institucionalizar os sujeitos tomados como objetos imediatos de tentativas irrestritas de normalizações, sobretudo em função das condições constantemente instáveis de empregabilidade e renda.

Quanto à organização do texto, correlacionamos em um primeiro movimento, aproximações aos domínios e exercícios propriamente ditos de uma biopolítica enquanto arranjo ininterrupto de saberes e poderes que envolvem e circunscrevem a vida da população em seus multifacetados grupos, à contingência dos eventos e acontecimentos impostos pelas conjecturas da pandemia de Covid-19, cujo emaranhado de procedimentos em seus decorrentes efeitos, instigaram e potencializaram formas não menos seletivas de intervenção, proteção e cuidado em compasso às estruturas e interesses do capital.

No segundo momento dos atravessamentos propostos, e ainda no bojo da biopolítica enquanto arranjo que elabora e opera uma série de mecanismos relacionados às recomendações pela tentativa de resolução ou mediação ao conjunto de problemáticas e adversidades dispostas pelos desdobramentos da pandemia, exploramos a recorrência de condições históricas de marginalização e exclusão da educação de jovens e adultos no campo das políticas e práticas educacionais, em consonância às recomendações pautadas na (re)adequação e continuidade dos diferentes processos de escolarização na conjuntura adversa em curso, cujas operacionalidades e discursos implicam contraditoriedades (outras) na medida em que potencializam disparidades sociais e individuais, referendando um (não) lugar da educação de jovens e adultos.

Aproximações biopolíticas da Pandemia

Entendida como instrumento de ação governamental nas configurações do Estado moderno, a população institui saberes alicerçados em seus fenômenos, demandas, riquezas, recursos, meios de subsistência, questões de saúde-doença, territórios e suas ocupações, natalidade-mortalidade, costumes, hábitos e outros contextos e realidades que afloram junto a novos (re)arranjos políticos e sociais como marcas em evidência dos séculos XVIII e XIX, claramente intermediados pelo capital e as relações de trabalho, produção e consumo.

Rede de intervenções das quais emerge a necessidade de setorizar, controlar e organizar urgências que se tornam específicas de populações inteiras em seus conjuntos, e neste viés, de gerir e conduzir sujeitos e grupos a uma potencial melhora de seus movimentos, disposições e operações (sempre) produtivas, seja no trabalho, nas atividades escolares, militares, políticas, gestos e atitudes para consigo e os outros.

Racionalidades explicitadas numa estrutura ampla de disposições e ações efetivamente regulamentadoras do Estado enquanto conjunto dinâmico de tecnologias de uma arte racional de governar. Conforme Foucault (2008a, p. 494):

[...] para administrar essa população, é necessária, entre outras coisas, uma política de saúde capaz de diminuir a mortalidade infantil, de prevenir as epidemias e de fazer baixar a taxa de endemia, de intervir nas condições de vida, para modificá-las e impor-lhes normas (quer se trate de alimentação, de habitat ou de urbanização das cidades) e proporcionar equipamentos médicos suficientes.

Exercícios continuamente (re)configurados em face de processos históricos e sociais em suas particularidades, circunstâncias e ocorrências, atinentes a prerrogativas que delineiam normas e dispositivos coextensivos a outros tempos, espaços e condições materiais em contínuas modificações. Relações adequadas em detrimento de certos discursos e práticas – jogo de poderes e saberes que conforme Foucault (2015b, p. 45) “[...] produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. [...] uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir [...].”

Nesta biopolítica, vislumbrada em termos de estratégias recorrentemente aprimoradas de intervenção na vida dos sujeitos, alinham-se mecanismos e tecnologias de condução das diferenças (desde as mais intrínsecas). Dinâmica singular de estatização e regulamentação da vida em totalidade, donde são organizados e ininterruptamente ajustados determinados poderes, saberes e suas conexões possíveis, “A biopolítica lida com a população, e a população como

problema político, como problema a um só tempo científico e político, como problema biológico e como problema de poder [...]” (FOUCAULT, 2010, p. 206-207).

Declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 30 de janeiro de 2020 como emergência de saúde pública de importância internacional, o surto da doença causada pelo novo coronavírus atingiu desde os primeiros meses do ano, intensas proporções em escala global, impondo ao conjunto de instituições, organizações, setores e âmbitos da comunidade mundial, uma série de medidas relacionadas à informação, prevenção, detecção e tratamento da doença em caráter de urgência, no curso e ascensão de seus desdobramentos vigorosamente letais.

Acontecimentos pulverizados a todos os continentes do mundo, os quais ligeiramente redimensionaram quaisquer noções de tempo e espaço no que tange às formas de manutenção da vida em sociedade então conhecidas, independentemente das circunstâncias e demais elementos que possam demarcar a emergência da doença, cujo (re)conhecimento e apreensão de suas especificidades por intermédio da realização de pesquisas científicas, vem se dando ao redor do planeta por instituições e universidades, no decorrer das abrangências e efeitos múltiplos do que a partir de março de 2020, passamos a qualificar e quantificar ainda muito enigmaticamente, como Covid-19. (OPAS/OMS BRASIL, 2020).

Desde então, a multiplicidade de territórios em diferentes regiões do mundo passou a notificar casos da doença. No Brasil, os primeiros registros oficiais de contaminação datam de meados de março, período de grave crise política e econômica em pleno vigor, cujas tensões e embates se agravaram em paralelo e concorrência aos impactos da disseminação do novo coronavírus nos serviços públicos de saúde e nas condições de vida de grupos vulneráveis – conjuntura em que foram ratificadas as primeiras medidas institucionais (difusas e localizadas) de contenção da (inevitável) propagação do vírus pelas regiões do país. (PACHO, 2020).

No entanto, numa direção contrária ao urgente desenvolvimento e operacionalização de providências coordenadas em todos os âmbitos e setores da sociedade, envolvendo os poderes públicos dos entes federados e a sociedade civil por meio de políticas e ações de prevenção, cuidado e tratamento, em consonância com as orientações e recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS)⁶, visando fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) pela promoção de condições técnicas e financeiras para o combate à pandemia, o acirramento da crise política no Brasil, sustentado por movimentos inconsistentes de negação da ciência e da magnitude comprovada dos danos nocivos ocasionados pelo novo coronavírus, rapidamente submeteram o país a condições agudas de enfrentamento da doença e de seus efeitos sociais e econômicos.

Utilizando de apontamentos e inquietações insurgentes que redimensionam abordagens e conjecturas explicitadas pelo contexto perverso e ao mesmo tempo dinâmico da pandemia,

sobretudo em detrimento de sujeitos e coletivos populacionais historicamente excluídos de condições dignas de existência, como populações de rua, pessoas com deficiências, mulheres em situações de violência, idosos, cidadãos privados de liberdade e tantos outros, Sousa Santos (2020, p. 24) destaca:

[...] seguiu-se a demonização dos serviços públicos (o Estado predador, ineficiente ou corrupto); a degradação das políticas sociais ditada pelas políticas de austeridade sob o pretexto da crise financeira do Estado; a privatização dos serviços públicos e o subfinanciamento dos que restaram por não interessarem ao capital. E chegamos aos nossos dias com os Estados sem capacidade efetiva para responderem eficazmente à crise humanitária que se abateu sob os seus cidadãos.

Em paralelo à constatação destas dinâmicas, o jogo (local) impreciso das recomendações consideradas preventivas e de cuidado, obrigatoriamente extrapolou práticas imprescindíveis de profilaxias. O aprofundamento das tentativas de controle de contaminação pelo vírus forjaram também por parte de organismos nacionais e internacionais, uma série de normativas de caráter jurídico e, portanto, passíveis de repreensões de caráter moral e punitivo.

Dispositivos como leis, portarias e decretos foram estabelecidos e ratificados como manifestações de incumbências institucionais consideradas urgentes e necessárias à contenção da vertiginosa propagação da Covid-19, regulamentando sobretudo nos termos da proibição, uma série de hábitos, condutas, práticas, formas de mobilidade e trânsitos, comportamentos os mais usuais, corriqueiros e diversificados – determinantes que ocasionaram na suspensão de atividades que implicassem na aglomeração de pessoas.

Circunstâncias forjadas por uma gama de possibilidades subjetivas e objetivas ainda em verificação, que aglutinaram sentimentos como medo, agonias e receios; (novas) relações de sujeição produzidas pelas dinâmicas de uma conjuntura desconhecida, cujas aproximações primeiras obrigatoriamente impulsionaram adequações nas práticas individuais e coletivas.

Neste sentido, cabe entender que a legitimação cultural da ordem pautada numa crise sanitária, investida e incitada sob o prisma da desordem e do desequilíbrio em cadeia de todos os setores da sociedade, quando codificada e judicializada sob dado conjunto de dispositivos e normas, constitui domínios de mecanismos disciplinares, como ressalta Foucault (2008a, p. 60):

Em outras palavras, é tomando o ponto de vista da desordem que se vai analisar cada vez mais apuradamente, que se vai estabelecer a ordem – ou seja: é o que resta. A ordem é o que resta quando se houver impedido de fato tudo o que é proibido. [...] O mecanismo disciplinar também codifica perpetuamente em permitido e proibido, ou melhor, em obrigatório e proibido, ou seja, o ponto sobre o qual um mecanismo disciplinar incide são menos as coisas a não fazer do que as coisas a fazer.

Diante da multiplicidade de experiências efetivamente modificadas ou flexibilizadas nos últimos meses pelo jogo complexo de recomendações seguidas ou não por repreensões de caráter moral-punitivo, constituídas em face da pandemia de Covid-19, tais normativas dadas no âmbito das proibições – tangenciadas pela interrupção e decorrentes modificações da vida produtiva em suas divergências e nuances como a conhecíamos, interpelam as primeiras providências tomadas no campo da educação escolar, em face da suspensão por completo de aulas e demais atividades pedagógicas e curriculares presenciais, bem como o decorrente fechamento das escolas sobretudo de âmbito público.

[...] as epidemias tendem a ser menos letais em países democráticos devido à livre circulação de informação. Mas como as democracias estão cada vez mais vulneráveis às *fake news*, teremos de imaginar soluções democráticas assentes na democracia participativa ao nível dos bairros e das comunidades e na educação cívica orientada para a solidariedade e cooperação, e não para o empreendedorismo e competitividade a todo o custo (SOUSA SANTOS, 2020, p. 8).

Contraditoriamente à perspectiva de caráter abrangente e propositadamente resolutivo apontada por Sousa Santos (2020), sabemos que predomina nas relações educacionais, em seu jogo de discursos, políticas e práticas, complexidades cujas mediações historicamente envolvem disposições e interesses econômicos, quantificados nos contextos avaliativos pelo alcance de metas e resultados. Nestas conjecturas biopolíticas determinadas pelos cenários da pandemia, estas relações rapidamente endossaram prerrogativas sustentadas pelo (neo)liberalismo, embasadas nas narrativas em função do necessário arranjo de novas formas de ensino e aprendizado, cujos dispositivos, organizações e suas contraditoriedades em acelerada escala, foram postas em evidência no emaranhado de regulamentações e normas recentes.

O (Não) lugar da Educação de Jovens e Adultos na Pandemia

A educação de jovens e adultos é forjada por uma rede complexa de dispositivos que implicam ajustamentos intermediados por discursividades, políticas e práticas efetivas que corroboram lógicas econômicas, cujas tramas são ratificadas pela coletividade em face de demandas e necessidades atinentes a condicionantes dados em diferentes instâncias e âmbitos, relacionados às urgências de empregabilidade e renda, ligadas às competências individuais.

Referência normativa da educação nacional em vigência, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996) integra

organicamente ao ensino básico, a educação de jovens e adultos como modalidade de ensino, estabelecendo em seu Artigo 37, sua oferta pública gratuita a todas as pessoas que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos no ensino fundamental e no ensino médio na idade considerada própria.

Neste sentido, a existência recorrente de sujeitos em suas demandas e especificidades, que por sua vez aglutinam situações e respectivas conjunturas que contrariam a previsibilidade de diretrizes e bases curriculares e pedagógicas de um projeto educativo-escolar que se almeja regular, linear e sequencial, corresponde ao desafio de instâncias governamentais que leva à constituição de políticas e programas educacionais paralelos e compensatórios, como persiste fadada a educação de jovens e adultos.

Institucionalidades (re)dimensionadas por tentativas de transformações e adequações de relações explicitadas em contextos, períodos e suas particularidades, em vistas a tentativas de reconhecimento de demandas de ordem coletiva e ao mesmo tempo singulares, tangenciadas pela alfabetização e instrução como razão essencial à vida (produtiva) em sociedade, bem como à consolidação e ao exercício da cidadania – articulações pautadas no ideário liberal que sob inconstâncias e transformações, configuram suas bases. (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

No que tange aos anseios e prerrogativas da perspectiva de integração social creditada aos efeitos historicamente considerados profícuos da escolarização, correlações que circundam processos constitutivos da educação popular e da educação de adultos pela abrangência da massa de sujeitos trabalhadores, Paiva (2015, p. 207 – grifo da autora) ressalta:

Era preciso impedir a desintegração social, lutar pela paz social e promover a utilização ótima das energias populares através da recuperação da população analfabeta que ficara à margem do processo de desenvolvimento do país. Por isso, a educação dos adultos convertera-se num requisito indispensável para “uma melhor organização e reorganização social com sentido democrático e num recurso social da maior importância”, para desenvolver entre as populações adultas marginalizadas o sentido de ajustamento social.

Os determinantes regulatórios que atravessam o intrínseco e ao mesmo tempo necessário pertencimento destes sujeitos a processos de escolarização regular e progressiva, readéquam e potencializam condições arraigadas de marginalização e desprestígio à educação de jovens e adultos, que por sua vez, demanda um misto de estratégias e mecanismos de seletividade e controle – metamorfoses que visam ajustamentos individuais e sociais.

Desse modo, a orientação de diferentes estratégias e agendas de processos de ensino e aprendizado direcionadas a sujeitos jovens e adultos em condições de exclusões e descompassos múltiplos, concentra um conjunto histórico de tentativas recorrentes de resolução

de desigualdades individuais e sociais, cujas bases pela correção destas distorções, articulam princípios e valores políticos e econômicos em evidência nos movimentos institucionais em voga, que convergem interesses centralizadores e apaziguadores assumidos pelo Estado no bojo dos impactos delimitados pela pandemia de Covid-19, não implicando na solução dos problemas postos.

Como tentativa de alinhar (outros) arranjos dos processos de escolarização em tempos de distanciamento social, o Parecer nº 5/2020 (BRASIL, 2020), do Conselho Nacional de Educação (CNE), de caráter orientativo, que dispõe sobre a reorganização do calendário escolar e cômputo de atividades pedagógicas não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, desconsidera a existência de disparidades no que tange ao acesso e utilização de recursos tecnológicos, bem como desigualdades sociais, culturais e econômicas estruturais na sociedade brasileira, ao propor e fomentar a articulação de práticas pedagógicas mediadas por tecnologias digitais de informação e comunicação,

Proposta em curso que alinha formas de ensino e aprendizado intermediadas por meios tecnológicos aplicados de forma seletiva e excludente, estendidas ao público da educação de jovens e adultos cujas realidades são ainda mais excludentes, o referido Parecer (BRASIL, 2020) orienta que enquanto perdurar a situação de emergência sanitária, as medidas de prosseguimento das atividades pedagógicas e curriculares recomendadas para a modalidade, devem considerar as condições de vida dos estudantes, bem como a harmonia na rotina de estudos e de trabalho.

Princípios generalistas que negam as dimensões sociais e culturais da educação de jovens e adultos na medida em que não há qualquer menção a respeito das singularidades dos sujeitos que a compõem, sobretudo neste cenário de excepcionalidade, de problemáticas outras que extrapolam os processos de escolarização em curso, realidade objetiva em crise que acumula o agravamento das desigualdades de renda e de acesso a bens e serviços, perpetuando tensões relacionadas à precarização das formas de vida da população.

No que tange aos complexos itinerários que marcam a vida já excludente destes sujeitos envoltos pelas relações marginalizadas entre escolarização, trabalho e necessidade sempre urgente de renda, em busca da certificação no âmbito da educação de jovens e adultos na expectativa por melhores condições e formas de vida, Arroyo (2017, p. 30) destaca:

Com esse estado de crença-descrença debatem-se os educandos, os educadores. Descrenças que tem raízes fora, na persistência de estruturas, nas relações de classe, gênero, raça, nas relações de produção na cidade e nos campos que não apontam superação do passado, mas que se reafirmam. [...] Relações estreitas, não superadas entre opressão e educação, entre estruturas

sociais e escolares, entre a negação dos direitos humanos mais básicos e a possibilidade do direito à educação.

Decorrencia das estratégias e interesses constitutivos do capital e das relações de mercado, acirrados pela conjuntura perturbadora em curso como produtora de outros significados às lógicas já existentes, o documento em questão (BRASIL, 2020) reforça a relativização das desigualdades sociais e econômicas estruturais do Brasil em face da promoção, extensiva valorização e (re)adequação da educação à distância – como uma proposta arriscada de universalização do acesso às tecnologias, explicitada como via única dos novos arranjos dos processos de ensino e aprendizado. Neste sentido, Osório (2010b, p. 137) ressalta:

Esses elementos pinçados nos permitem então localizar a educação como um processo contínuo das dinâmicas e interesses sociais, de vivência, de construção e desconstrução, de possibilidades e limites, de desejos e desprazeres, de experiências pessoais e coletivas, extrapolando a redução de um espaço privilegiado para aprender ou de ensinar, no caso, a instituição escolar.

As disparidades que mascaram a funcionalidade e democratização do extensivo projeto de prosseguimento de atividades pedagógicas e curriculares em tempos de instabilidades e desigualdades sociais e econômicas potencializadas – continuidade posta pela via exclusiva dos recursos e ferramentas tecnológicas, tida como propositiva e cujos contornos e caminhos carecem ser superados como num jogo meritocrático – são explicitadas pelas estruturas sociais e econômicas que historicamente segregam parcelas da população em face das diferentes modalidades de conexão ao chamado mundo digital, e antes disso, a serviços públicos básicos.

Neste sentido, destacamos a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2020), cujos dados se referem aos três últimos meses de 2018. O estudo aponta que uma em cada quatro pessoas no Brasil não tem acesso à internet, o que representa cerca de 46 milhões de brasileiros.

Fragilidades e formas explícitas de exclusão que manifestam, conforme a pesquisa, a falta de interesse e desconhecimento de uma parcela significativa da população quanto às possibilidades de acesso, o manuseio e utilidade da internet, indisponibilidade do serviço em determinadas localidades urbanas e rurais, ausência de condições financeiras para arcar com os custos de equipamentos necessários (como computador, notebook, celular, tablet e outros) – como fatores que materializam contraposições às estratégias (evidentes nos cenários dados pela pandemia) em jogo, mecanismos que anulam a existência de desigualdades, mas também de experiências, territórios e subjetividades que forjam as relações e processos da escolarização.

Como decorrências já vislumbradas das alteridades entre educação e interesses do capital em pleno aperfeiçoamento, em desencontro às prerrogativas e práticas efetivas de caráter democrático, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), alerta que o desenvolvimento humano pode retroceder em razão dos graves impactos na saúde, educação e renda provocados pela pandemia de Covid-19:

Estima-se que a queda no desenvolvimento humano seja muito maior nos países em desenvolvimento, que são menos capazes de lidar com as consequências socioeconômicas da pandemia, do que nos países mais ricos. Na educação, com escolas fechadas e grande exclusão no acesso ao aprendizado online, as estimativas do PNUD mostram que 86% das crianças da educação primária estão agora efetivamente fora da escola em países com desenvolvimento humano baixo – em comparação com apenas 20% delas nos países com desenvolvimento humano muito alto. (NAÇÕES UNIDAS, 2020).

Imperativos que circunscrevem um dado campo de racionalidade cuja moldura e configurações puramente seletivas, são demandadas e especificadas pelas estruturas do capital. Neste campo de operatividades exacerbadas do (neo)liberalismo em que não há regras, mas tentativas irrestritas de domínios, Osório (2007, p. 315) aponta que a educação corresponde ao “[...] instrumento de complexas relações de poder, corpos e forças submetidos por múltiplos dispositivos de encarceramento, inclusive os tecnológicos, objetos para os discursos que são eles mesmos elementos dessa estratégia, visando o disciplinamento e alienação dos indivíduos.”

Nesta perspectiva, o (neo)liberalismo entendido como conjunto de ações estritamente governamentais, envolve redes de procedimentos, estratégias e respectivas intervenções de cunho político e social – práticas que ajustam e direcionam problemas e situações de ordens coletiva e individual, não necessariamente vislumbradas como mera finalidade, mas como elementos e situações determinantes para uma efetiva e ampla gestão, calculada em minuciosos detalhes e refletida na positividade de seus efeitos. Segundo Foucault (2008b, p. 194):

[...] tanto a intervenção governamental deve ser discreta no nível dos processos econômicos propriamente ditos, como, ao contrário, deve ser maciça quando se trata desse conjunto de dados técnicos, científicos, jurídicos, demográficos, digamos, grosso modo, sociais, que vão se tornar agora cada vez mais o objeto dessa intervenção governamental.

Dos episódios que reforçam o arranjo destas racionalidades (neo)liberais que sistematizam as políticas sociais cujos interesses e articulações escusas são ao mesmo tempo evidentes, a desarticulação e conseqüente desmonte da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi), então vinculada ao Ministério da Educação (MEC), onde estavam localizadas ações atinentes à elaboração e providências de políticas e

práticas da educação de jovens e adultos – implicou na consolidação de uma posição estritamente marginal, inexistente, da referida modalidade de ensino, no rol das extensas prioridades governamentais do poder executivo em curso.

Ainda na lógica recente da plena desarticulação das políticas educacionais que solidificou condições historicamente desafiadoras da educação de jovens e adultos, conforme matéria publicada no Jornal O Globo (ALFANO, 2019), o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP)⁷ indicou que o Ministério da Educação (MEC) fez, em 2019, na gestão do atual governo, o menor gasto da década com a educação de jovens e adultos. A pasta gastou R\$ 16,6 milhões na área neste ano, o que corresponde a 22% do previsto (R\$ 74 milhões).

Diante desta correlação de forças que situam itinerários e pretensões da população que demanda e requer – pelas exigências culturais, políticas e econômicas – os processos formativos que compõem o arcabouço marginalizado e ao mesmo tempo em necessárias e constantes condições de resistência da educação de jovens e adultos, o Censo Escolar 2019, indicou que o número de matrículas da mencionada modalidade (EJA) diminuiu 7,7% no último ano, chegando a 3,2 milhões em 2019. (INEP, 2020).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 2020) aponta os seguintes impactos dos espaços de saber/poder configurados pelas ditas (novas) formas de ensino e aprendizado determinadas pela pandemia: aprendizagem interrompida, confusão e estresse para professores (em razão da transição para plataformas de ensino remoto), desafios na criação, manutenção e melhoria do ensino à distância, altos custos econômicos (perdas salariais das famílias), aumento das taxas de abandono escolar, maior exposição à violência e exploração, desafios para mensurar e validar a aprendizagem sobretudo de grupos específicos como sujeitos da educação de jovens e adultos.

Indicadores de exercícios cada vez mais centralizadores e escusos dados no campo da escolarização, suscitados pelo aprimoramento do capitalismo como sistema plenamente ordenador de todas as relações inscritas na sociedade moderna, potencializadas pelo dever econômico e produtivo em constantes modificações, responsáveis por instituir e (re)produzir ideários alinhados às concepções e elaborações, bem como decorrentes operacionalidades na ordem de programas, projetos e outras denominações, sempre ajustados a determinados tempos, espaços, circunstâncias e movimentos como aqueles explicitados pela pandemia – tendências expressas das políticas educacionais como domínios das práticas refletivas de governo, fomentadas pelas perversidades e atribulações em evidência.

Considerações finais

Sentimentos diversificados e difusos, cujas dimensões, características e complexidades impedem uma exteriorização precisa quanto às suas manifestações, significados e exercícios correspondentes – são evidências dos movimentos, relações e condições da vida em sociedade em escala planetária desde os primeiros meses do ano corrente, considerando determinadas nuances que diversificam e ao mesmo tempo tornam seletivos e criteriosos os efeitos e desdobramentos da pandemia de Covid-19 em distintos arranjos e grupos populacionais, mas que inevitavelmente envolvem a gama de experiências, formas e condições de vida, bem como a multiplicidade de culturas em diferentes âmbitos da existência humana contemporânea.

Peças elementares de um jogo dinâmico e imprevisível de emoções intermitentes e complexas, cujos exercícios singulares são pinçados dos múltiplos dilemas e conjecturas deste momento histórico-político-cultural constituinte em todas as suas extensões enquanto (des)ordens da própria conjuntura em voga. Subjetividades referendadas como implicações imediatas da multiplicidade de acontecimentos e circunstâncias sem precedentes, impostos pelo novo coronavírus, cujos desdobramentos dos processos de saúde-doença-cuidado circunscreve rupturas, desenlaces, outros e talvez novos enquadramentos e disposições das relações humanas e sobretudo, como problematizado neste texto, a constituição de outras propostas ou exercícios de ensino e aprendizado atreladas a currículos estruturados e sistematizados, metas e resultados.

Diante dos cenários de plenas incertezas e conseqüentemente, de ausência de respostas que possam apontar quaisquer soluções e retomada das realidades e conjunturas excludentes cotidianas já conhecidas antes da pandemia, as dinamicidades explícitas em curso reconduzem (outras) dimensões dos processos de inclusão/exclusão ao campo diversificado da educação de jovens e adultos, cujo jogo de condicionalidades dispostas pelo arranjo de orientações e recomendações de prosseguimento de atividades pedagógicas e curriculares de forma remota, pelo uso de tecnologias, mecanismos que reforçam disparidades econômicas e em cadeia, também individuais, sociais e educacionais, aproximamos neste texto.

Adequações difundidas por intermédio da elaboração de (outras) racionalidades que ocorrem em plena contraditoriedade e desintegração explícitas de princípios constitucionais democráticos, os quais visam garantir igualdade de condições de acesso e permanência à educação pública de qualidade a todas as pessoas e grupos específicos da sociedade. Neste sentido, ressaltamos esforços deste artigo em vistas a promover rupturas de entendimentos desconexos de uma realidade complexa como denota a existência multifacetada de políticas,

discursos e práticas da educação de jovens e adultos. Rupturas que carecem de análises de conjunturas, de considerar e validar o contraditório, realocando ainda, valores e concepções que se não transgredidas, seja por ações e pela própria pesquisa enquanto parte destas, não promoverão mudanças pretendidas.

Não há possibilidades de dissociações, ao contrário, a educação de jovens e adultos pensada e problematizada pela emergência de (outros) arranjos dos sistemas e mecanismos de inclusão/exclusão enquanto racionalidades que organizam, legitimam e adequam interveniências do Estado em função de suas especificidades, ocorrências, fenômenos e demandas vislumbradas pelo jogo de operatividades cotidianas em suas possibilidades, resistências e formatos, inevitavelmente tangencia e aprimora engrenagens enquanto dispositivos múltiplos que movimentam poderes e saberes pela regulação da vida.

Por fim, sem qualquer pretensão por esgotar as aproximações empreendidas no texto, ao contrário, no intuito de provocar ensejo a outras reflexões e aprofundamentos necessários para pensar os deslocamentos e invisibilidades recentes, prescritas à educação de jovens e adultos nesta conjuntura de retrocessos e ameaças políticas, sociais e culturais agravadas pela pandemia, entendemos que os efeitos da ordem em curso potencializam a recorrência de realidades individuais e coletivas perversas, as quais implicam à educação de jovens e adultos, considerada em suas realidades, sujeitos e singularidades múltiplas, improvisações, desmontes e ausências de condições que em si, subvertem domínios e supostas garantias democráticas.

Perpetuando angústias e conflitos no bojo de subjetividades não menos confusas que as conjecturas em curso, os atravessamentos da engrenagem posta pelos cenários e ocorrências difusas que realocam perspectivas e dimensões do campo da saúde, educação e democracia, se ajustam plenamente a interesses e premissas cada vez mais evidentes de poderes e saberes de agendas políticas e econômicas, independentemente de seu ordenamento sempre operativo e convergente a determinados fins, corroborando (outros) mecanismos que tangenciam a prevalência destes interesses e propósitos, cujas extensões, meios e variáveis não se esgotam.

Referências

ALFANO, Bruno. Educação de jovens e adultos tem, em 2019, o menor investimento da década. *Oglobo.globo.com*, Rio de Janeiro, 29 dez. 2019, 04:30. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao-de-jovens-adultos-tem-em-2019-menor-investimento-da-decada-24162835>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ARROYO, Miguel. *Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa*. Petrópolis: Vozes, 2017.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, de 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 5/2020. Brasília: Conselho Nacional de Educação, 28 abr. 2020. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=89051>. Acesso em 10 maio 2020.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015a.

_____. *Microfísica do poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015b.

_____. *Em defesa da sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2. ed, 2010.

_____. *Segurança, território, população*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

_____. *Nascimento da biopolítica*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

HADDAD, Sérgio; DI PIERRO, Maria Clara. Escolarização de jovens e adultos. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro/RJ, n. 14, p. 108-194, Maio/Ago. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a07>. Acesso em: abr. 2018.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Tecnologia da Informação e Comunicação (Pnad Contínua TIC). 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf. Acesso em: 20 maio 2020.

INEP. Censo escolar 2019: notas estatísticas. Brasília/DF, 2020. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/0/Notas+Estat%C3%ADsticas+-+Censo+da+Educa%C3%A7%C3%A3o+B%C3%AAsica+2019/43bf4c5b-b478-4c5d-ae17-7d55ced4c37d?version=1.0>. Acesso em: 20 mar. 2020.

NAÇÕES UNIDAS. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). COVID-19: desenvolvimento humano deve retroceder pela primeira vez desde 1990. 2020. Disponível em: <https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/covid-19--desenvolvimento-humano-deve-retroceder-pela-primeira-v.html>. Acesso em: 20 maio 2020.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento 2007. Estranho medo da inclusão. Educação, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 301-318, jul./dez. 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/674/484>. Acesso em: 20 ago. 2016.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Escolarização: práticas sociais, culturais e pedagógicas – fragmentos de uma realidade seletiva. In: MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia (Orgs.). *Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial*. Araraquara: Junqueira & Martin Editores, 2010a. p. 89-98.

_____. Escolarização: pacto de silêncio pela indiferença. In: OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento (Org.). *Diálogos em Foucault*. Campo Grande: Oeste, 2010b. p. 135-158.

OPAS/OMS BRASIL. Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 20 maio 2020.

PACHO, Lorena. Itália detectou há um mês o primeiro contágio local da Covid-19. Agora vive a pior crise desde 1945. *Brasil.elpais.com*, Roma, 23 mar. 2020, 13:15. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-23/italia-detectou-ha-um-mes-o-primeiro-contagio-local-da-covid-19-agora-vive-a-pior-crise-desde-1945.html>. Acesso em 25 mar. 2020.

PAIVA, Vanilda. *História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos*. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2015.

SOUSA SANTOS, Boaventura. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

UNESCO. Consequências adversas do fechamento de escolas. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/covid19/educationresponse/consequences>. Acesso em: 20 maio 2020.

¹ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) – Bolsista CAPES, Mestra em Educação e Bacharel em Ciências Sociais, ambos pela UFMS, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. Integra o Grupo de Estudos e de Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF/CNPq/UFMS). E-mail: dayanaarruda@gmail.com ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7002-0363>

² Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Professor Titular da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), atuando como docente-pesquisador no ensino de Graduação (licenciaturas, Pedagogia e Psicologia) e na Pós-Graduação em Educação e em Psicologia (PPGEdu/FAED e PPGPsi/FACH – UFMS). Coordenador do Grupo de Estudos e de Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF/CNPq/UFMS). E-mail: antonio.osorio@ufms.br . ORCID <https://orcid.org/0000-0002-4631-1985>

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Mestra em Sociologia pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) e Bacharel em Ciências Sociais pela UFMS, Campo Grande, Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: sarasil@hotmail.com . ORCID <https://orcid.org/0000-0003-2984-5026>

⁴ No dia 11 de março de 2020, a COVID-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia. O termo “pandemia” se refere à distribuição geográfica de uma doença e não à sua gravidade. A designação reconhece que, no momento, existem surtos de COVID-19 em vários países e regiões do mundo. Até o fechamento e submissão deste artigo, em 30 de junho de 2020, foram registrados mais de 10 milhões de casos de contaminação pelo novo coronavírus no mundo (OPAS/OMS BRASIL, 2020).

⁵ Pesquisa realizada sob a concessão de bolsa via Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que problematizou desdobramentos e implicações do complexo jogo de sentidos e expectativas traçadas por egressos da educação de jovens e adultos de uma Escola da Rede Estadual de Ensino, localizada no município de Campo Grande, no estado de Mato Grosso do Sul; estudo vinculado à Linha de Pesquisa “Educação, Cultura, Sociedade” do Programa de Pós-Graduação em Educação – Curso de Doutorado, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEdu/FaEd/UFMS), sob orientação do Professor Dr. Antônio

Carlos do Nascimento Osório, e ao Grupo de Estudos e de Investigação Acadêmica nos Referenciais Foucaultianos (GEIARF/UFMS).

⁶ Desde a constatação da circulação do novo coronavírus pelo mundo, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), escritório regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) para as Américas e Agência Especializada em Saúde do Sistema Interamericano, em cooperação estratégica a outras instâncias globais, traçou recomendações imediatas como medidas de proteção da Covid-19, como lavar as mãos frequentemente com água e sabão ou álcool em gel e cobrir a boca com o antebraço quando tossir ou espirrar, e de forma subsequente, a utilização de máscaras por toda a população. (OPAS/OMS BRASIL, 2020).

⁷ De acordo com Alfano (2019), o Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) corresponde a um sistema informatizado e integrado que propicia suporte aos processos de planejamento e orçamento do governo federal.